

- CALMON, Pedro. *História do Brasil na Poesia do Povo*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1973.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Trabalho na América Latina Colonial*.-Ed. Ática - S. Paulo, 1985.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*, 10 ed. Rio de Janeiro: Ed. Antares, 1987.
- CESARINO JÚNIOR, Antônio Ferreira & CARDONE, Marly A. *Direito Social*. 2 ed. — São Paulo: LTr, 1993.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo, Círculo do Livro S.A.
- GORDON, Richard. *A assustadora história da medicina*. 8 ed. — Rio de Janeiro: Ediouro, 1997
- KOVAL, Boris. *História do Proletariado Brasileiro*. - Ed. Alfa-Omega - S. Paulo, 1982.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *Introdução ao direito do trabalho*. — 2ª ed. — São Paulo: LTr, 1978.
- NABUCO, Joaquim. *Política*. Col. Grandes cientistas sociais, coord. Florestan Fernandes - S. Paulo: Ática, 1982
- NUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. — São Paulo: Ed. Ática, 1986.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 41 ed. São Paulo, Brasiliense, 1994.
- REIS, Eduardo Almeida. *De Colombo a Kubitschek*. São Paulo, Círculo do Livro S.A., 1986.
- RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. — S. Paulo: Círculo do Livro S.A., 1998.
- ROCHA, Everardo P. Guimarães Rocha. *O que é etnocentrismo*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1996.
- SÜSSEKIND, Arnaldo, MARANHÃO, Délio & VIANNA, Segadas, *Instituições de Direito do Trabalho*, 14 ed., São Paulo: LTr, 1993.
- VILLAS BOAS, Orlando & Cláudio. *Xingu: os índios, seus mitos*. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1988.

DESPERSONALIZAÇÃO OU DESCONSIDERAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

Juarez Duarte Lima (*)

I. Introdução

O Objetivo do presente trabalho é o exame do instituto da "despersonalização ou desconsideração da pessoa jurídica", tendo por supedâneo a previsão insculpida no artigo 28 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Lei 8078/90 e sua aplicação no Direito do Trabalho.

Trata-se de uma matéria de suma importância, pelo seu significado no combate aos que se escondem por trás da pessoa jurídica, com o objetivo de consumir fraudes e abusos de direito, com graves prejuízos a terceiros.

II. Enfoque doutrinário

O nosso ordenamento jurídico pátrio, por muito tempo consagrou a doutrina da personificação da sociedade, segundo a qual, a partir do registro do registro do ato constitutivo da sociedade, esta passa a ser uma unidade autônoma inobstante formada por várias pessoas físicas, de forma que a característica principal da pessoa jurídica reside, exatamente, na independência entre e ela e seus componentes, conforme o tradicional princípio da "universitas distat a singulis."

Daí porque, estabelecer o "caput" do art. 20 do Código Civil Brasileiro que

"As pessoas jurídicas têm existência distinta da dos seus membros."

O jurista de escol Orlando Gomes ao tratar acerca "DAS PESSOAS JURÍDICAS" (in Introdução do Direito Civil, p. 209/210) leciona magistralmente:

"Não são apenas as pessoas naturais que podem ser sujeito de direito. Entes formados pelo agrupamento de homens, para fins determinados, adquirem personalidade distinta dos seus componentes. Reconhece-lhes a lei a capacidade de ter direitos e contrair obrigações."

A personalização desses grupos é construção técnica destinada a possibilitar e favorecer-lhe a atividade. O Direito toma-os da sociedade, onde se formam, e os disciplina à imagem e semelhança das pessoas naturais, reconhecendo-os como pessoas, cuja existência autônoma submete a requisitos necessários a que possam exercer direitos, dando-lhes regime compatível com a sua natureza."

(*) Juarez Duarte Lima é Juiz do Trabalho Substituto do TRT da 13ª Região, Professor de Direito Processual do Trabalho do UNIPÊ e da ESMAT/13ª Região.

O fenômeno da personalização de certos grupos sociais é contingência inevitável do fato associativo. Para a realização de fins comuns, isto é, de objetivos que interessam a vários indivíduos, unem eles seus esforços e haveres, numa palavra, associam-se. A realização do fim para que se uniram se dificultaria extremamente, ou seria impossível, se a atividade conjunta somente se permitisse pela soma, constante e iterativa, de ações individuais. Surge, assim, a necessidade de personalizar o grupo, para que possa proceder como uma unidade, participando do comércio jurídico com individualidade, tanto mais necessária quanto a associação, via de regra, exige a formação de patrimônio comum constituído pela afetação dos bens particulares dos seus componentes. Esta individualização necessária só se efetiva se a ordem jurídica atribui personalidade ao grupo, permitindo que atuem em nome próprio, com capacidade jurídica geral à das pessoas naturais. Tal personificação é admitida quando se apresentam os pressupostos necessários à subjetivação dos interesses para cuja

realização os indivíduos se associam. Assim se formam as pessoas jurídicas (...)."

Em decorrência da adoção do entendimento de que a sociedade tem personalidade distinta de seus membros, é que por muito tempo vedou-se a constrição judicial sobre bens dos sócios para pagamento de dívidas contraídas pela sociedade, salvo raríssimas exceções expressamente previstas em leis esparsas.

Ocorre, porém, que sob o escudo dessa doutrina, surgiram muito abuso e fraude cometidos pelos participantes de sociedade, ao ponto de se afirmar que no "Brasil há empresas pobres mas empresários ricos".

Não podemos esquecer que a pessoa jurídica constitui mera ficção legal, que só adquire existência concreta na pessoa de seus sócios.

A personalidade da pessoa jurídica não constitui um direito absoluto, por estar sujeita à teoria da fraude contra credores e abuso de direito. Foi para coibir a excessiva personalização das pessoas jurídicas, potencialmente acobertadoras dos abusos e irregularidades perpetradas pelas pessoas dos sócios, que o mundo jurídico elaborou teorias como a da despersonalização da pessoa jurídica

De outra parte, é sabido que o Direito veio com a finalidade de superar a debilidade das forças humanas e a brevidade de suas vidas, possibilitando a conjugação de esforços, com vistas a propiciar a execução de ideais comunitários que os homens não lograram alcançar isoladamente.

A desconsideração da pessoa jurídica é segundo os ensinamentos de Luciano Amaro (in "Desconsideração da pessoa jurídica no Código de Defesa do Consumidor", p. 74):

"...uma técnica casuística (e, portanto, de construção pretoriana) de solução de desvios de função da pessoa jurídica, ..."

Também há de se registrar o entendimento esposado sobre a matéria por Maria Helena Diniz (in Curso de Direito Civil Brasileiro, 1o. volume, p. 170/171:

"(...) Ante sua grande independência e autonomia devido ao fato da exclusão da responsabilidade dos sócios, a pessoa jurídica, às vezes, tem-se desviado de seus princípios e fins, cometendo fraudes e desonestidades, provocando reações doutrinárias e jurisprudenciais que visam coibir tais abusos: surge a figura da "desconsideração ou desestimação da pessoa jurídica". O disregard of the legal entity do direito anglo-saxão, ou da "penetração na pessoa jurídica", o Dutchriff, do direito alemão.

A desconsideração ou penetração permite que o magistrado não mais considere os efeitos da personificação ou da autonomia jurídica da sociedade para atingir e vincular a responsabilidade dos sócios, com o intuito de impedir a consumação de fraude e abuso de direito cometidos,

por meio da personalidade jurídica, que causem prejuízos ou danos a terceiros (....)."

Por outro lado, Domingos Afonso Kriger Filho (in "Aspectos da Desconsideração da Personalidade Societária na Lei do Consumidor" p. 21), sintetizando doutrina com maestria:

"A desconsideração da pessoa jurídica significa tornar ineficaz, para o caso concreto, a personificação societária, atribuindo-se ao sócio ou sociedade condutas que, se não fosse a superação, seriam imputadas à sociedade ou ao sócio respectivamente. Afasta a regra geral não por inexistir determinação legal, mas porque a subsunção, do concreto ao abstrato, previsto em lei, resultaria indesejável ou pernicioso aos olhos da sociedade."

Não podemos deixar de lembrar os sábios ensinamentos de Silvio Rodrigues (in "Direito Civil, Parte Geral, V. I, p. 76/78).

"Eventual possibilidade de desprezar-se a personalidade jurídica. "Disregard theory". - Como vimos acima (supra, 25-A) a pessoa jurídica surge para suprir a própria deficiência humana, pois o homem, isolado, por vezes se encontraria na impossibilidade de levar a efeito os gigantescos desafios que a vida moderna lhe impõe (cf. MAZEAUD, Leçons de droit civil, 6a. ed., por FRANÇOIS CHABAS, t. I, vol. 2, no. 591). De modo que o ordenamento jurídico, conferindo-lhe personalidade diversa daquela dos membros que a compõem, permite e mesmo encoraja sua atuação na órbita civil.

Como em toda parte do mundo, as pessoas jurídicas sob a forma de sociedade por ações se difundiram enormemente, inclusive sob a forma de sociedades holding, cujo escopo primeiro é o de ocultar os verdadeiros proprietários dos bens. Essas sociedades holding em que os bens de pessoa física passam para a pessoa jurídica, que é apenas titular das ações ou das quotas da empresa, se apresentam alguns inconvenientes, oferecem vantagens para seus titulares, principalmente no que concerne a impostos e transmissão causa mortis e mesmo no que diz respeito a transmissão em geral.

A possibilidade que tais sociedades oferecem, de ocultar a pessoa do verdadeiro proprietário dos bens provocou, em alguns países, uma reação da doutrina e da jurisprudência, visando pôr termo aos abusos que esta prática propiciaria.

Esta concepção desenvolvida por alguns tribunais americanos e alemães é conhecida naquele primeiro país pela denominação de disregard theory ou disregard of the legal entity, ou ainda pela locução de lifting the corporate veil, ou seja, erguendo-se a cortina da pessoa jurídica. O que pretendem os adeptos dessa doutrina é justamente permitir ao juiz erguer o véu da pessoa jurídica, para verificar o jogo de interesse que se estabeleceu

em seu interior, com o escopo de evitar o abuso e a fraude que poderiam ferir os direitos de terceiros e o fisco. Assim sendo, quando se recorre à ficção da pessoa jurídica para enganar credores, para fugir à incidência da lei ou para proteger um ato desonesto, deve o juiz esquecer a idéia de personalidade jurídica para considerar os componentes como pessoas físicas e impedir que através do subterfúgio prevaleça o ato fraudulento.

Talvez seja essa idéia a inspiradora do art. 50 do Projeto de Código Civil de 1975, nos seguintes termos:

"Art. 50. A pessoa jurídica não pode ser desviada dos fins estabelecidos no ato constitutivo, para servir de instrumento ou cobertura à prática de atos ilícitos, ou abusivos, caso em que poderá o juiz, a requerimento de qualquer dos sócios ou do Ministério Público, decretar a exclusão do sócio responsável, ou, tais sejam as circunstâncias, a dissolução da entidade.

Parágrafo único. Neste caso, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, responderão, conjuntamente com os da pessoa jurídica, os bens pessoais do administrador ou representante que dela se houver utilizado de maneira fraudulenta ou abusiva, salvo se a norma especial determinar a responsabilidade solidária de todos os membros da administração."

Essa idéia, de desprezo à personalidade jurídica, hoje se encontra abraçada pelo direito positivo nacional, em casos específicos. Assim, por exemplo, no caso de responsabilidade do produto pelo fato do produto, consignado no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei no. 8.078, de 11-9-1990). Esse diploma, em seu art. 28, autoriza o juiz a desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito etc., donde resulte prejuízo para o consumidor.

Embora me pareça útil a eventual invocação dessa concepção, mesmo fora dos casos em que a lei ordena, acho que ela só deve sê-lo em hipóteses excepcionais, pois, caso contrário, se passasse a ser procedimento rotineiro, iria negar-se vigência ao princípio da teoria da personalidade jurídica, consagrado no art. 20 do Código Civil, segundo o qual a pessoa jurídica tem existência distinta da de seus membros."

Segundo doutrina com maestria o professor Domingos Afonso Kriger Filho, cujos trechos foram retirados de citações feitas no Acórdão da lavra da Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba, publicado na Revista do Foro, Vol. 104, ano 99.2, p. 248/250:

"Para estimular a realização dessas associações e incentivar os homens a concentrarem recursos e esforços no sentido de realizarem o ideal comum, o Estado valeu-se da personificação societária, através da qual outorga ao ente assim criado a aptidão para o exercício e aquisição de direitos, por si só, na vida civil.

A atribuição de personalidade jurídica corresponde, assim, a uma sanção positiva, ou premial, no sentido de um benefício assegurado pelo

direito - que seria afastado, caso a atividade fosse realizada individualmente - a quem adotar a conduta desejada. Esse benefício é dominado por alguns princípios fundamentais, que foram se firmando com o tempo, dentre os quais ressalta a doutrina moderna: a) não atribuição à pessoa dos sócios das condutas praticadas pela sociedade; b) distinção entre patrimônio da sociedade e patrimônio dos sócios - quod debet universitas non debet singuli; c) vida própria e distinta da de seus membros. (1)

Não se pode olvidar contudo, que, "quando o interesse ameaçado é valorado pelo ordenamento jurídico como mais desejável e menos sacrificável do que o interesse colimado através da personificação societária, abre-se oportunidade para a desconsideração, sob pena de alteração da escola de valores".(2)

Segundo a doutrina predominante que vem estudando o assunto com maior profundidade, "desconsideração da pessoa jurídica significa tornar ineficaz, para o caso concreto, a personificação societária, atribuindo-se ao sócio ou sociedade condutas que, se não fosse a superação, seriam imputadas à sociedade ou ao sócio respectivamente" (Rubens Requião, Curso de Direito Comercial, Saraiva, 1986, p. 283 e Marçal Justen Filho, Desconsideração da Personalidade Societária no Direito Brasileiro, RT, 1987, p. 55 e ss.).

A partir desse conceito, o professor Krieger Filho caracteriza em linhas gerais, os elementos que compõem a figura da desconsideração:

"a) A ignorância dos efeitos da personificação, vale dizer, afasta-se do regime normal e comum previsto para as sociedades personificadas; b) ignorância de tais efeitos pra o caso concreto, isto é, reconhecem-se válidas a constituição da sociedade e a sua existência, suspendendo-se os efeitos da personificação somente para um relacionamento específico entre ela e terceiras pessoas ou por algum período determinado de sua existência; c) manutenção da validade dos atos jurídicos praticados, só que estes são atribuídos a pessoas diversas daquelas a quem seriam imputados; d) intenção de evitar o perecimento de um interesse, onde se leva em conta que a função do instituto da pessoa jurídica, enquanto abstratamente previsto em lei, não pode ser desvirtuada, no sentido de sacrificar um interesse tutelado, quando desempenhado no caso concreto em decorrência de intervenção dos sócios."

É relevante registrar a magistral lição do jurista de escol Fábio Ulhoa Coelho:

"O instituto da pessoa jurídica e, especialmente, o princípio da autonomia patrimonial representam elementos típicos de um direito inserido no sistema de livre iniciativa, de importância basilar para a ordem jurídica do capitalismo. Todavia, essa autonomia patrimonial pode dar

ensejo à realização de fraudes, em prejuízo de credores ou de objetivo fixado por lei.

Em tais casos, a teoria da desconsideração suspende a eficácia episódica do ato constitutivo da pessoa jurídica, para fins de responsabilizar direta e pessoalmente aquele que perpetrar um ato fraudulento ou abusivo de sua autonomia patrimonial" (Fabio Ulhoa Coelho, Lineamento da Teoria da Desconsideração da Pessoa Jurídica, Revista do Advogado, AASP, 1992, no. 36, pág. 38).

II - Aspectos legais

O direito positivo brasileiro passou a adotar a teoria em comento, de forma clara e expressa com o advento do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, que em seu artigo 28 "caput" estabelece o seguinte:

"Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração."

De outra parte, várias outras leis em determinadas circunstâncias já aplicavam essa teoria, porém não com a amplitude dada pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor, como se observa nos seguintes diplomas legais:

a) Lei no. 4.137/62 (repressão ao abuso do poder econômico), que determina a responsabilidade dos diretores e gerentes da pessoa jurídica que praticarem ilícitos previstos na lei (art. 60.);

b) Lei no. 4.729/65 (lei da sonegação fiscal), que imputa a responsabilidade penal a todos os que, ligados à pessoa jurídica, tenham praticado ou concorrido à prática de sonegação fiscal;

c) D. 22.626/33 (lei da usura), que dispõe serem responsáveis os representantes das pessoas jurídicas que incidirem na prática do delito de usura;

d) Lei n. 5.172/66, que dispõe sobre a responsabilidade dos diretores, gerentes e representantes das pessoas jurídicas pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poder ou infração da lei ou contrato social;

e) Lei n. 9.605/98, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, por sua vez, insere, no seu bojo, a "disregard doctrine" dispondo no art. 4o. que:

"Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente."

Ademais disto, o projeto do Código Civil, hoje em fase adiantada de votação no Congresso Nacional, já previa, com a lapidar justificativa da lavra do eminente Revista do T.R.T. da 13ª Região - 2001

Presidente da Comissão Elaboradora e Revisora, Professor Miguel Reale: "cuidou-se de prevenir a repelir os abusos perpetrados à sombra da personalidade jurídica " (Exposição de Motivos, edição do Ministério da Justiça, 1972, pág. 15).

Como se vê, o ordenamento pátrio possibilita a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, de forma a permitir que recaia sobre o sócio o ônus de sua conduta gravosa.

A aplicação dessa doutrina no âmbito trabalhista é possível, ante ao contido no parágrafo único do art. 8º. da CLT, que permite o uso do direito comum como fontes subsidiária (direito comercial e civil).

III - Jurisprudência

A jurisprudência brasileira vem fazendo uso da teoria em exame e para corroborar, conforme algumas ementas de Acórdãos extraídos da Revista dos Tribunais, via internet, a seguir transcritas.

2.TACivSP - Bens particulares de ex-sócios de pessoa jurídica executada - Admissibilidade, uma vez comprovada a transferência maliciosa e antijurídica das quotas sociais - Aplicabilidade da teoria da desconsideração da personalidade jurídica - Interpretação do art. 593, II, do CPC.

TJSP - PESSOA JURÍDICA - Desconsideração da personalidade jurídica - Grupo societário - Responsabilidade subsidiária - Aplicação da teoria quando o consumidor sofreu prejuízos, diante da manifesta insuficiência de bens do patrimônio da empresa que contratou - Insuficiência da simples comodidade ou conveniência do credor para dirigir sua escolha contra a sociedade controlada, em lugar da controladora, ou vice-versa.

TJRS - SOCIEDADE COMERCIAL - Teoria da desconsideração da pessoa jurídica - Aplicação - Empresa controladora - Falência da controlada - Negócios realizados pela falida graças ao ostensivo apoio extracontratual que a primeira dava perante o público interessado - Suposto proveito econômico indevidamente auferido pela controladora - Coobrigação reconhecida pelas conseqüências do inadimplemento da contraente direta - Exclusão da lide inadmissível - Declaração de voto.

É oportuno ressaltar que a jurisprudência trabalhista tem-se pronunciado no sentido de que os bens dos sócios respondem pelos débitos da sociedade de que os mesmo participem:

EXECUÇÃO. RESPONSABILIDADE DO SÓCIO. No âmbito do Direito do Trabalho, em face do princípio da despersonalização do empregador, fica o sócio obrigado a indicar bens livres e desembaraçados da sociedade, na forma do parágrafo 1o. do art. 596 do CPC, sob pena de serem executados seus bens pessoais. Desconsidera-se, no caso, a

personalidade jurídica da sociedade ("disregard of legal entity") para responsabilizar diretamente o sócio pela lesão de direito para a qual contribuiu e da qual se locupletou. Inidônea economicamente a empresa, devem os sócios ser chamados a responder pelas obrigações trabalhistas inadimplidas, considerando que o empregado não corre o risco do empreendimento e deve encontrar no patrimônio dos beneficiários diretos de sua prestação de serviços a garantia da satisfação dos direitos inobservados na vigência do contrato. Conforme a lição consagrada de Arion Sayão Romita "a limitação da responsabilidade dos sócios é incompatível com a proteção que o Direito do Trabalho dispensa aos empregados; deve ser abolida nas relações da sociedade com seus empregados de tal forma que os créditos dos trabalhadores encontrem integral satisfação, mediante a execução subsidiária dos bens particulares dos sócios". Cabe ressaltar que a legitimidade da penhora efetuada sobre os bens do sócio encontra sólido respaldo nas disposições do art. 10 do Decreto 3.708/19, que regula as sociedades por quotas de responsabilidade limitada, sempre que constatada a ocorrência de atos praticados com violação da lei ou do contrato, hipótese na qual se insere, indiscutivelmente, a infringência de preceitos da legislação trabalhista. Nesse mesmo sentido, pode ser invocado o disposto no art. 135 do CTN e no artigo 4o. da Lei 6.830/80. Acórdão: 19990432158, Turma: 8a. TRT/SP, Data julg. 05.08.99, Data de Pub.: 14.09.99, Processo: 02980577850, Relatora: Wilma Nogueira de Araújo Vaz da Silva.

Atribui-se a responsabilidade do sócio, com seus bens particulares, pelos débitos da sociedade, seja pelos seus atos faltosos (art. 10, do Decreto 3.708/1919), seja pela sua responsabilidade "in vigilando" e "in elegendo" (art. 293, do C. Comercial) ou, ainda, pela despersonalização da pessoa jurídica (art. 135, do CTN, art. 28, do CDC e arts. 16, 17 e 18, da Lei 8.884/94). Imperioso, todavia, que à época da relação de trabalho o sócio detivesse tal qualidade na empresa 9AP 75/98), Ac. 4a. T 10.081/98). Rosemarie D. Pimpão - TRT - PR. (In nova jurisprudência em direito do trabalho - Valentim Carrion, p. 224).

IV - Conclusão

O Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Lei 8078/90, é bastante inovador ao se refere ao Direito Material e nesse contexto, tem-se a introdução pioneira, no ordenamento jurídico brasileiro, da Doutrina da Desconsideração da Pessoa Jurídica.

O art. 28 do mencionado diploma legal, traduz com clareza solar, a interferência do Estado, no sentido de alcançar aqueles atos, inobstante formalmente legais, trazem o propósito de prejudicar terceiros porquanto praticados de forma fraudulenta ou com abuso de direito.

A partir da abstração que se faz da desconsideração da pessoa jurídica, é possível detectar o propósito dos sócios em quererem fraudar terceiros, criando nova sociedade para em seguida invocarem a seu favor o art. 20 do Código Civil.

Incumbe ao Judiciário, repelir com veemência práticas dessa natureza, responsabilizando os sócios da sociedade, com seus bens particulares, pelos débitos da sociedade.

É perfeitamente aplicável ao Direito do Trabalho a doutrina da desconsideração da pessoa jurídica, ante ao disposto no parágrafo único do art. 8º. da CLT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GOMES, Orlando. INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL. 6a. edição. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1979.
- DINIZ, Maria Helena. CURSO DE DIREITO CIVIL BRASILEIRO, 1o. Volume, São Paulo, Editora Saraiva.
- AMARO, Luciano. Desconsideração da Pessoa Jurídica no Código de Defesa do Consumidor. *Ajuris*, Vol. 20, N 58, P 69 A 84, Julho, 1993.
- KRIGER FILHO, Domingos Afonso. Aspectos da Desconsideração da Personalidade Societária na Lei do Consumidor. *Revista Jurídica*. Porto Alegre, Vol. 42, N 205, P 17 a 27, Novembro, 1994.
- RODRIGUES, Silvio. Direito Civil, V. I. 22a. edição. São Paulo: Editora Saraiva, 1991.
- PARAÍBA, Tribunal de Justiça. João Pessoa: *REVISTA DO FORO*, V. 104, 1999.
- COELHO. Fabio Ulhoa. Lineamento da Teoria da Desconsideração da Pessoa Jurídica, *Revista do Advogado*, AASP, 1992, no. 36.

60 ANOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL

Francisco de Assis Carvalho e Silva (*)

São transcorridos sessenta anos desde que, em 1º de maio de 1941, o Presidente Getúlio Vargas declarava solenemente a instalação da Justiça do Trabalho no país, sendo o momento oportuno, portanto, para uma reflexão sobre o papel que a mesma vem cumprindo junto à sociedade ao longo dessas seis décadas, sua importância para os trabalhadores e os rumos que se delineiam em seu horizonte. Para tanto, é necessário fazer um breve retrospecto de como surgiu e evoluiu a Justiça do Trabalho, até resultar no modo em que hoje se encontra estruturada.

Nos informa a doutrina que a preocupação do Estado com a solução dos problemas trabalhistas tem suas origens mais remotas nos "Conseils de Prud'hommes",

Revista do T.R.T. da 13ª Região - 2001